

A expansão do crédito e do endividamento no Brasil

Entrevista com Carlos Lessa e artigo de Luiz Fernando de Paula analisam o rápido crescimento nos últimos anos do crédito e do endividamento das famílias, das empresas e do Estado, e o papel do setor financeiro no processo.



Meio ambiente: Código Florestal, Companhia Siderúrgica do Atlântico, orçamento das questões ambientais no Rio, e livro *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*.

Editorial

A expansão do crédito/endividamento e a questão ambiental

■ As relações de crédito e débito são inerentes ao capitalismo e fundamentais para lubrificar a produção econômica, conceitua o professor Carlos Lessa em entrevista exclusiva ao JE. O processo de endividamento, seja das famílias, empresas ou setor público, pode ser virtuoso, continua Lessa, mas no caso brasileiro não é: em vez de adquirir a casa própria, que desonera o orçamento familiar do pagamento de aluguel, as famílias compram carros, que se desvalorizam ao saírem da concessionária e demandam desembolsos com manutenção, combustível e impostos; as empresas se endividam, mas pouco investem na expansão da capacidade produtiva; e o Estado emite títulos predominantemente para pagar juros de dívidas, e não para melhorar a infraestrutura do país.

A entrevista de quatro páginas com Carlos Lessa é a peça central do bloco desta edição dedicado a analisar o processo de crescimento do crédito e do endividamento no país, iniciado no primeiro mandato do governo Lula. O bloco é complementado por um bem fundamentado artigo de Luiz Fernando de Paula, professor da Uerj e presidente da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), sobre o papel do sistema financeiro na criação de crédito para atender a demanda de liquidez dos agentes.

Em seguida, esta edição se concentra na questão do meio ambiente. Ricardo Ribeiro Rodrigues, da USP, e Thomas Lewinsohn, da Unicamp, tratam da reforma do Código Florestal brasileiro em artigo, no qual criticam a equivocada polarização entre ambientalistas e ruralistas no debate nacional. O foco da discussão, alertam, deveria ser a baixíssima produtividade dos 200 milhões de hectares de pastagens no Brasil dedicados à pecuária extensiva.

Karina Kato, do Pacs, faz um balanço dos impactos ambientais e sociais causados pela Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), situada na Zona Oeste do Rio, que neste mês completa o primeiro ano de operação.

O artigo do Fórum Popular do Orçamento discute se é possível compatibilizar crescimento econômico com meio ambiente ecologicamente equilibrado e apresenta os dados orçamentários referentes aos recursos aplicados às questões ambientais no estado e no município do Rio de Janeiro.

Fechando este bloco, Cecília Campello do Amaral Mello, do Ippur/UFRJ, resenha o livro *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*, importante reflexão sobre as inflexões do capitalismo brasileiro nesta primeira década do século XXI, sobretudo no tocante a disputas em torno de recursos territoriais, naturais e sociais.

SUMÁRIO

- 3 Expansão do crédito
Luiz Fernando de Paula
O recente boom de crédito no Brasil: uma avaliação
- 5 Entrevista: Carlos Lessa
"O endividamento brasileiro infelizmente não é virtuoso nem no setor público, nem no setor privado, nem na economia familiar. No Brasil se fez uma política explícita para as famílias se endividarem. Eu chamo de modelo Casas Bahia."
- 9 Código Florestal
Ricardo Ribeiro Rodrigues e Thomas Lewinsohn
Por que perder uma grande oportunidade de avançar nas áreas agrícola e ambiental?
- 11 TKCSA
Karina Kato
Um Futuro Prateado
- 13 Resenha
Cecília Campello do Amaral Mello
Capitalismo globalizado e recursos territoriais
- 14 Fórum Popular do Orçamento
Crise ecológica: decifra-me ou devoro-te
- 16 **CRC-RJ reconhece que pode ter errado em atuação a economista**
Secretaria de Obras aceita recurso do Corecon-RJ
Agenda de cursos para 2011

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Paulo Sergio Souto, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascountto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Centro - Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 - **Fax:** (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascountto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato Elman,

João Paulo de Almeida Magalhães - 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto - 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascountto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes - 2º terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 - salas 1607 a 1609 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascountto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascountto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** José Antonio Lutterbach Soares e André Luiz Silva de Souza • **Coordenação de Relações Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Paulo Sergio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Abrahão Oigman (Em memória) • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Coordenação de Relações Sindicais:** César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Fausto Ferreira (Em memória), Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

O recente boom de crédito no Brasil: uma avaliação

■ Luiz Fernando de Paula*

Keynes, no livro *Tratado sobre a Moeda*, de 1930, escreveu: “O crédito bancário é o pavimento ao longo do qual a produção viaja, e os banqueiros, se conhecedores do seu dever, proveriam as facilidades de transporte na extensão necessária para que os poderes produtivos da comunidade possam ser empregados em sua plena capacidade”. De fato, uma das diferenças fundamentais da teoria pós-keynesiana em relação à teoria convencional é a importância fundamental que moeda e instituições financeiras têm no funcionamento e dinâmica de uma economia empresarial. Nesta perspectiva teórica, um sistema financeiro macroeconomicamente eficiente é aquele com poder de criação de crédito para atender a demanda de liquidez necessária para realização dos gastos pelos agentes, e com capacidade de criar mecanismos financeiros apropriados para realização da consolidação das dívidas das firmas inversoras. Deste modo, ele pode permitir um ritmo de acumulação a um nível superior àquele que seria viável pela simples acumulação de poupanças prévias. Note que um sistema financeiro pode ser funcional do ponto de vista microeconômico (em termos operacionais), mas não ser do ponto de vista macroeconômico, ou seja, no sentido de permitir um processo de expansão de uma economia financeiramente estável.

Em economias em expansão, sobretudo aquelas em desenvol-

vimento, bancos podem aumentar sua lucratividade ofertando financiamento de curto prazo, sem que tenham, contudo, estímulo para financiar posições financeiras das firmas de mais longo prazo, em função da baixa sofisticação destes mercados e das elevadas incertezas que caracterizam tais economias. Consequentemente, as firmas, para expandirem suas atividades, têm que recorrer à renovação de crédito de curto prazo, ao autofinanciamento e ao endividamento externo para implementar seus projetos de investimento, o que resulta em um aumento da fragilidade financeira dessas unidades.

O Brasil tem predominantemente um sistema financeiro baseado no crédito bancário, mas com forte participação do Estado, em particular em algumas modalidades de crédito, como financiamento do investimento (BNDES), financiamento imobiliário (CEF) e financiamento agrícola (Banco do Brasil). Desde 1988, este sistema tem a predominância de bancos múltiplos, que são conglomerados financeiros que atuam em diversos segmentos financeiros. Recentemente, o mercado de capitais (ações, debêntures, etc.) tem aumentado seu volume de operações, ganhando maior peso, mas ainda há predomínio do setor bancário.

Em particular dos anos 1980 até quase meados dos anos 2000, o sistema financeiro brasileiro ficou caracterizado por sua disfunção para o desenvolvimento econômico: a oferta de crédito era baixa (em geral abaixo de 35% do PIB, bem menor que a média dos países desenvol-

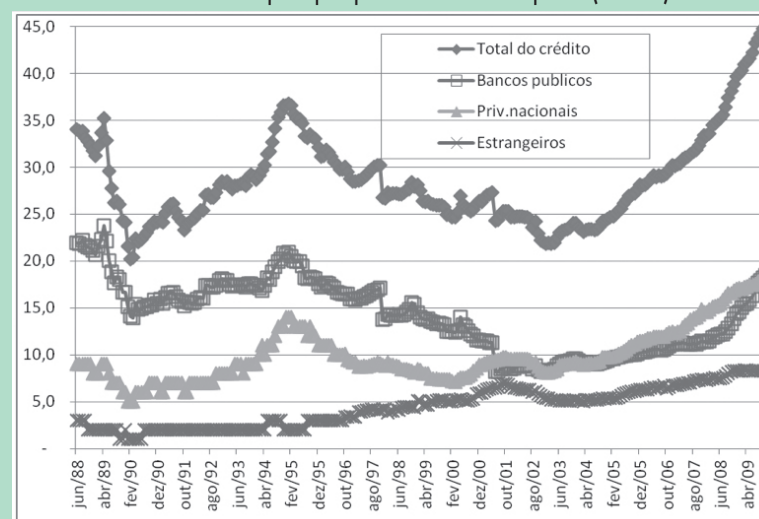


vidos, de 80%), ao mesmo tempo em que a rentabilidade era elevada. Isto ocorreu em função de um conjunto de fatores, como a alta inflação (até 1994), crescimento econômico baixo e forte instabilidade macroeconômica. A elevada rentabilidade do setor bancário foi possível em função dos ganhos inflacionários, aplicações em títulos públicos indexados (Selic e câmbio) e operações de empréstimos de curta duração em contexto de elevados spreads.

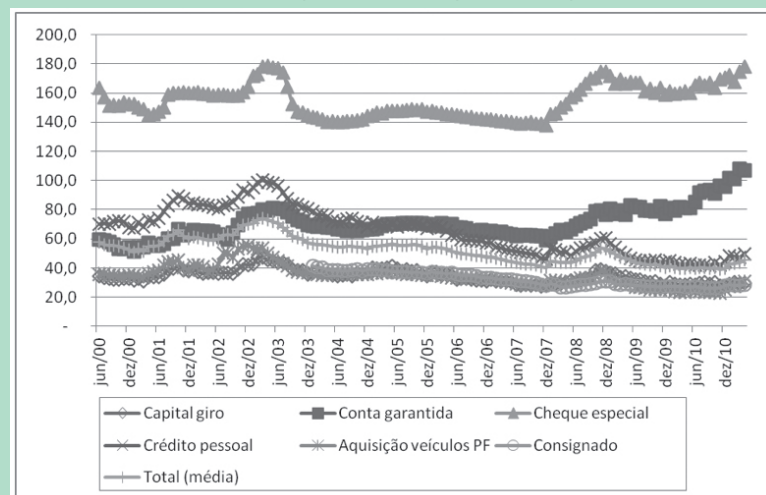
Deste modo, os bancos não se deparavam com o *trade-off* clássico liquidez ou rentabilidade na composição de seu portfólio, pois podiam ter ao mesmo tempo liquidez e rentabilidade.

Note que após o breve boom de crédito durante a implementação do Plano Real, o volume de crédito caiu de forma contínua, atingindo em 21% do PIB em abril de 2003 (Gráfico 1), em um período marcado por frequentes crises externas geradas pela elevada vulnerabilidade externa. O contágio da crise mexicana no início de 1995 levou o Banco Central a adotar programas de reestruturação bancária e estimular a entrada de bancos estrangeiros no mercado doméstico, como medidas para fortalecer o combalido setor bancário. O êxito em evitar a deflagração de uma crise bancária e a entrada controlada de bancos estrangeiros permitiu uma reação dos bancos domésticos, que participaram ativamente da onda de aquisições bancárias que ocor-

Gráfico 1 - Crédito por propriedade de capital (% PIB)



Fonte: BCB

Gáfico 2 - Taxa de empréstimos – operações prefixadas (%)

Fonte: BCB

reu a partir de 1997 e acabaram por se tornar os líderes do setor, uma reação que parece não ter paralelo em outros países emergentes que passaram pela experiência de abertura financeira nos anos 1990.

A partir de 2004, um conjunto de fatores estimulou o crescimento da oferta de crédito no país: crescimento do produto e da renda, estimulado inicialmente pelo crescimento das exportações (boom de commodities), criação do crédito consignado em folha salarial, melhoria no perfil da dívida pública (com diminuição de títulos indexados ao câmbio e à Selic e aumento de prefixados), e uma certa redução nas taxas de empréstimos. De fato, a com-

binção entre uma política de aumento real no salário mínimo e o forte crescimento no volume de crédito contribuiu sobremaneira para o crescimento do mercado interno. Deve-se destacar que todos os três segmentos (bancos públicos, privados nacionais e estrangeiros) cresceram sua carteira de crédito no período, ainda que tal processo tenha sido liderado inicialmente pelos bancos privados nacionais. Já a partir de meados de 2008, houve um forte crescimento dos bancos públicos (BNDES, Banco do Brasil e CEF), tendo tais bancos um papel contracíclico fundamental na economia, evitando uma contração creditícia que contaminaria a economia, em um momento que os bancos privados desaceleraram o crédito.

O boom de crédito foi inicialmente puxado pelos empréstimos para pessoas físicas, sendo que a partir de 2007 cresceram bastante os empréstimos para pessoas jurídicas, sendo as principais modalidades de empréstimos: crédito pessoal (incluindo consignado), aquisição de veículos de pessoa física e capital de giro das empresas. Mais recentemente, o Banco Central, para arrefecer o crescimento do consumo, adotou um

conjunto de medidas macroprudenciais que, combinadas à elevação na taxa de juros, começam a ter efeitos, desacelerando o crescimento do crédito.

Cabe perguntar se houve uma mudança significativa no comportamento dos bancos no período do boom recente do crédito e se temos um sistema que pode ser caracterizado por sua funcionalidade ao desenvolvimento econômico. A resposta é: *allegro ma non troppo*. De fato, houve um alongamento no prazo médio dos empréstimos – de 172 dias em janeiro de 2004 para 307 dias em janeiro de 2008 para pessoa jurídica e de 262 dias para 418 dias para pessoa física no mesmo período –, o que contribuiu para o crescimento na demanda por crédito, uma vez que embora as taxas de empréstimos tenham declinado no período (com exceção do cheque especial e conta garantida), acompanhando a queda na taxa Selic e melhoria na inadimplência, elas se situaram em patamares ainda bastante elevados (Gráfico 2). Das três principais modalidades de crédito, duas (consignado e aquisição de veículos) são de baixo risco, já que ou são descontadas diretamente em folha ou baseadas em colaterais (veículo). Neste contexto, a receita e rentabilidade dos bancos têm-se mantido em patamares bastante elevados, em função da combinação de aumento no volume das operações, spreads ainda bastante elevados e risco relativamente baixo.

Os grandes conglomerados financeiros buscam diversificar e segmentar sua clientela. Para clientes de alta renda, ofertam produtos customizados, mais adaptados às necessidades desta clientela seletiva. Para clientes de renda mais baixa, produtos

padronizados, de modo a permitir ganhos de escala. Alguns autores chamam a atenção para o fato de que a incorporação de tais segmentos é feita em condições de “exploração financeira”, isto é, uma situação em que tais clientes pagam tarifas e taxas de empréstimos bem maiores do que os demais clientes. Eles frequentemente incorrem em situações denominadas de “armadilha da dívida”, em que comprometem uma boa parte de sua renda com pagamento de juros dos empréstimos, e têm que renegociar sua dívida de tempos em tempos (ou pagar parte com o 13º salário).

Concluindo, historicamente não se pode atribuir uma situação de alta funcionalidade ao sistema financeiro brasileiro. Do ponto de vista do financiamento do investimento, não se pode esperar muito que o setor bancário vá desenvolver linhas de financiamento de longo prazo, até mesmo em função do seu *funding*. Neste particular deverá haver uma combinação entre instrumentos do mercado de capitais (que devem ser estimulados) e financiamento do BNDES. É ingênuo pensar que economias em desenvolvimento como a brasileira possam se dar ao luxo de não contar com a atuação de bancos públicos e acreditar que o mercado espontaneamente criará os mecanismos apropriados de financiamento. No mais, o setor bancário deve ser bem regulado, tanto em termos de sua segurança, quanto em termos de se evitar práticas monopolistas que prejudiquem a sociedade.

* Luiz Fernando de Paula é professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj e presidente da Associação Keynesiana Brasileira (AKB). É co-organizador do livro *Sistema Financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro* (Campus, 2007).



“O endividamento brasileiro infelizmente não é virtuoso nem no setor público, nem no setor privado, nem na economia familiar. No Brasil se fez uma política explícita para as famílias se endividarem. Eu chamo de modelo Casas Bahia.”

Um dos intelectuais brasileiros mais respeitados, o economista Carlos Lessa dispensa apresentações. Dedicou-se recentemente a pensar a situação do rápido crescimento do endividamento e do crédito no país nos últimos anos, reflexões que o JE apresenta em primeira mão.

P: Por que essa questão do endividamento tem te preocupado?

R: Porque o endividamento brasileiro não é virtuoso. Quando a gente fala de endividamento, é importante colocar alguns conceitos elementares em destaque. O primeiro é que relações de débito e crédito são relações absolutamente inerentes à forma de organização da produção dita capitalista. Se você tem produção privada e consumo privado com um grande peso, como é caso de qualquer economia capitalista, necessariamente as relações não podem ser só de troca direta. Tem sempre troca indireta, surgindo o dinheiro. Ele po-

de transferir poder de compra no tempo e no espaço, o que dá origem às relações de débito e crédito. Qualquer um que fornece pra receber depois está concedendo um crédito e gerando um débito. Desde tempos anteriores ao capitalismo, você já tem as relações de crédito e débito lubrificando a produção econômica e a produção rural.

O endividamento não é em si nada assustador. Ele pode assumir dimensões absolutamente assustadoras porque a relação de débito e crédito gera uma riqueza, que não está ligada a uma expressão concreta e corpórea – não é terra, não é máquina ou propriedade, estoques. O débito de alguém é propriedade do credor, e como tal integra seu patrimônio. As relações de débito são emissoras de títulos de propriedade sobre o devedor.

Aí vem a pri-

meira pergunta. O devedor incorreu no débito para quê? Se foi para alguma coisa positiva para o funcionamento da economia, você pode até dizer que a relação é absolutamente virtuosa. Por exemplo, uma empresa se endivida apostando que a economia vai crescer e ela vai ter lucros no futuro. Então ela está expandindo a capacidade de produção da sociedade. Eu não tenho nada contra o endividamento privado das empresas para expandir a capacidade de produção, assim como eu não tenho nada contra o endividamento público quando ele é assumido para expandir a capacidade de produção da economia. O investimento privado acopla-se ao investimento público, os dois andam juntos. Muitas vezes o investimento pioneiro, de vanguarda, é o investimento público. Você vê isso nas estradas, o investimento público tem impacto sobre o investimento privado ao longo da estrada. O investimento público, especialmente para infraestrutura, é absolutamente fundamental para elevar a taxa de investimento da economia. Se o investimento público for para criar condições para a sociedade investir mais ou melhorar a vida do corpo social, é meritório.

O endividamento familiar também pode ser virtuoso. Se uma família se endivida para comprar a casa própria, é virtuoso, porque ela para de pagar aluguel, passa a ter uma autonomia que é absolutamente



AlieDano

importante. Agora, se endividar para comprar um automóvel, por exemplo, é uma coisa perigosa, primeiro porque o automóvel amplia o gasto orçamentário para sustentá-lo – gasolina, impostos – e segundo porque é um ativo que desvaloriza. A partir do momento que se gira a chave de um carro, ele perde 20% do valor. Do ponto de vista patrimonial, uma família que se endivida para comprar um carro está fazendo um jogo perigosíssimo. O endividamento para comprar uma casa ou um carro tem consequências radicalmente diferentes sobre a economia doméstica, mas implicações semelhantes sobre a atividade econômica. Por exemplo, quando alguém compra um automóvel, garante uma demanda no presente para o complexo automobilístico. Em última instância, as pessoas na indústria automobilística têm um emprego garantido porque o cara está se endividando, e os lucros das empresas também estão ligados a esse cara. Ago-

ra, comprar uma casa gera uma demanda que, na minha opinião, é muito mais adequada, porque são materiais de construção muito mais abundantes e gera um componente de mão de obra muito maior. E garante a autonomia para a família, que passa a não pagar aluguel.

A situação brasileira infelizmente não é virtuosa nem no setor público, nem no setor privado, nem na econo-

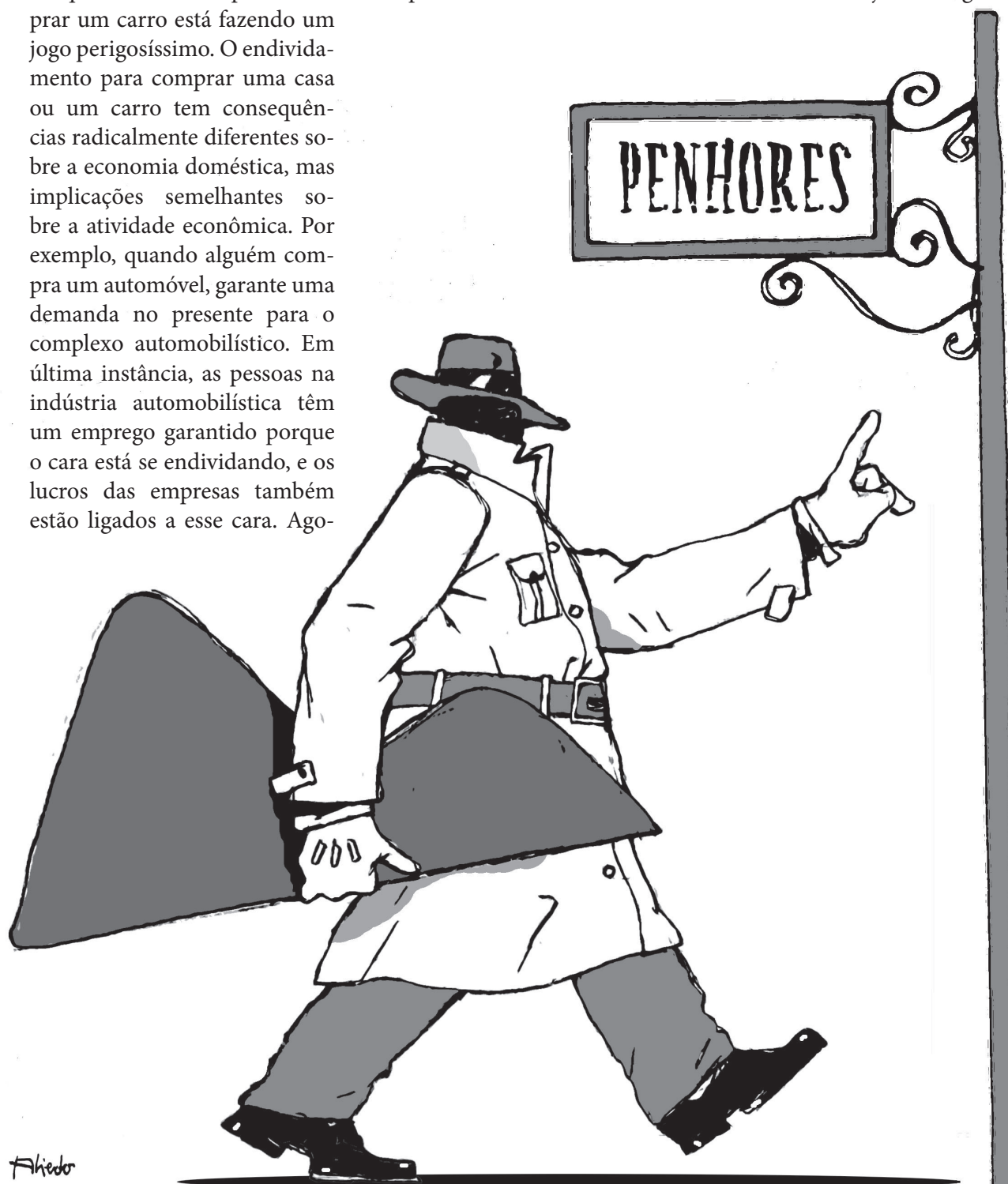
mia familiar. O endividamento das famílias brasileiras está crescendo de uma maneira assustadora. Mais de 60% estão endividadas. A inadimplência está crescendo. Aí eu fui dar uma olhada pra ver quando disso era dívida com moradia, e a estimativa da Caixa Econômica é de 15%; então 85% do endividamento familiar é com cheque especial, cartão de crédito, crédito de lojas, consigna-

do, é muito maior do que com o sistema de geração de moradia. É como se você estivesse endividando em massa a população, mas não está gerando melhora significativa para o futuro. A família, quando se endivida, paga juros, e esses juros reduzem o seu poder de compra. Quando uma família se endivida com moradia, ela deixa de pagar o aluguel, quando ela compra um automóvel, tem o custo de manutenção do automóvel. Existe uma diferença fundamental na natureza do endividamento. Eu sou a favor de se expandir o endividamento por habitação.

P: Mas o endividamento é muito concentrado em bens de consumo duráveis.

R: E não-duráveis também. Muitas pessoas vivem de cheque especial no fim do mês. E tem os financiamentos de loja, que são de uma perversidade espantosa. Quando você já está terminando de pagar, eles ampliam as ofertas para você continuar se endividando. Quando eles me oferecem o crédito, eu nunca me endivido, mas tento tirar proveito dos descontos. Muitas vezes não me oferecem desconto nenhum! Parece que eles querem que você se endivida, que se torne um pagador de juros.

Eu estava comprando material de refrigeração e tentei pagar à vista, não me deram desconto, me disseram 'ah, eu prefiro que o senhor pague no cartão BNDES'. Eu que criei o cartão BNDES há muito tempo atrás, e nunca imaginei que ele tivesse uma implicação dessas, mas tem. Muitas empresas que fornecem para pequena empresa querem vender no cartão BNDES, os juros são muito mais baixos.





P: Por que esse endividamento familiar hoje te preocupa? Não há uma expansão do emprego e da renda?

R: Esse endividamento me preocupa há muito tempo. Você supõe que se gere acesso em massa da população aos bens de consumo e, em um primeiro momento, é isso mesmo. Mas quando isso é virtuoso? Quando as empresas realizam investimentos para a economia crescer, apoiando-se em investimentos públicos, e isso se expressa em uma variável macroeconômica, que é a taxa de investimento. Pois bem: o endividamento familiar no Brasil cresce brutalmente, mas a taxa de investimento continua em 18% do PIB.

P: Então é por isso que você não confia na continuidade do processo de expansão da renda e do emprego, que poderia dar respaldo às famílias?

R: Exatamente. Em última instância, o endividamento familiar no Brasil não é virtuoso, não está acoplado a nenhuma estratégia de desenvolvimento, nenhuma política de incentivo à retomada do investimento produtivo. Pelo contrário, está associado a uma política que pratica as taxas de juros mais elevadas do planeta.

E isso cria nas empresas uma distorção brutal: **a empresa, ao invés de raciocinar com a receita operacional, ela raciocina com a receita não-operacional. As receitas que vêm da atividade própria da empresa são as receitas operacionais. Tudo que a empresa ganha em mercado financeiro, com compra e venda de coisas, entra na receita não operacional. A minha hipótese é que numa economia de lento crescimento e juros brutalmente elevados, a lógica da empresa é não se endividar. Ela quer reduzir a sua presença no estoque geral de dívida do país. Pelo contrário, o que ela quer é passar a ser dona de um pedaço dessa dívida, que é patrimônio. A empresa começa a ter uma lógica de financista, ela busca ganhar no não-operacional.**

Quando a família brasileira toma a decisão de se endividar, ela olha o tamanho da prestação. A família prudente só se endivida no limite que ela pode pagar. Mas ela supõe que o jogo vai ser o mesmo daqui pra frente. Não, pode piorar. Pode elevar a taxa de juros, e aí a família que usa o cheque especial, por exemplo, toma uma trombada direta. Porque é a mais cara das linhas de crédito familiar, dá quase 10% de juros ao mês. Ao mês!

Se você olhar a taxa de crescimento do Brasil, no longo prazo – é de uma mediocridade atroz nos últimos vinte e tantos anos – você vai descobrir que ela vai oscilando. É um vôo de

galinha, porque ela vai crescendo um pouquinho, você vai esticando prazos e aumentando o endividamento.

Quanto o tempo médio de dívida cresceu ao longo desse tempo? A minha impressão é que deve ter crescido muito. Então você tem, por incrível que pareça, um mercado que vai se sustentando nessa ficção, com base no próprio endividamento. Eu não sei qual é o limite disso, mas certamente é uma bolha. Os americanos fizeram um jogo em que as famílias se endividaram em cima do ativo imobiliário que possuíam para comprar outros ativos. Na verdade a família americana deu o imóvel hipotecado não pra aumentar consumo, mas predominantemente pra fazer aplicações no mercado financeiro. Não é o nosso caso; aqui as pessoas se endividam para desfrutar de coisas, satisfazer demandas reprimidas.

Os fazendeiros davam crédito aos migrantes para retê-los em suas terras. Em termos relativos, você está criando um enorme armazém geral, mantendo as pessoas absolutamente comprometidas com essa dívida.

P: O que está permitindo essa expansão fenomenal de crédito para as famílias?

R: Eu acho que foi a redução da inflação.

P: Você não acha que a abertura financeira, a capacidade de empresas brasileiras se capitalizarem no mercado internacional, trazerem recursos aqui pra dentro tem um papel?

R: Tem, mas eu acho que é um papel completamente secundário. O que pra mim não é secundário é saber que quase todos os

bancos do mundo querem vir para o Brasil, querem operar no Brasil, porque acham que o sistema de crédito está se expandido e as taxas de ganho são muito boas.

P: O que alimenta isso? Não é esse dinheiro externo entrando?

R: Historicamente, no Brasil, a população era sangrada pelo processo inflacionário. Por mais que os sindicatos pudessem negociar cláusulas de indexação de salários, por mais que colocassem nos contratos procedimentos defensivos, a verdade é que acelerando a taxa de inflação e encurtando o prazo, quem move o preço na frente sempre leva a melhor. O processo inflacionário brasileiro transferia um pedaço expressivo da renda potencial das pessoas para os marcadores de preço e os intermediários do dinheiro. Os bancos brasileiros ganhavam muito nos dois ou três dias que levavam pra liquidar uma conta. Você mandava um depósito e ficava dois, três dias pra chegar, e o banco ganhava nesses dias por causa da inflação. Isso se chama *floating*. Os bancos cresceram com isso. Aí quando veio a estabilização, o Maílson, que de certa forma é o pai dessa criança, começou a construir juros elevados e *spreads* cada vez mais altos. E tarifas.

Eles construíram a seguinte regra, que é fantástica: o produto do banco são os serviços que ele presta, e por esses serviços ele deve se cobrir. A política do Banco Central em relação aos bancos é permitir que pelas tarifas de serviço prestado se cubra todos os custos administrativos e operacionais. Todas as operações ditas de tesouraria, eles classificam como receita não operacional. É um negócio impressionante. Neste país, você indexou o dinheiro.

Os bancos são os principais proprietários de títulos da dívida pública, então o que eles fazem? Pegam a taxa Selic e pagam aos correntistas uma fração ínfima daquilo. E a valorização é diária. Por isso que o setor financeiro foi crescendo no Brasil.

Mas antes, na inflação, também havia, pela inflação, um sistema assim. Então, eu acho que essa expansão brutal do crédito é um substituto do processo inflacionário.

P: Mas nenhuma economia capitalista funciona sem um sistema de crédito expandido.

R: É como num castelo de cartas. A base produtiva é o chão da casa onde a finança começa a montar o castelo de cartas, que são as relações de débito e crédito que estão se sustentando sobre essa base produtiva. Mas aí se constrói mais um andar, e outro, enésimos andares, e de repente o castelo cai. As crises financeiras geralmente acontecem por uma superacumulação financeira, leia-se um castelo de cartas sendo construído. Nos EUA foi isso.

P: Então você não acha que o que tem realimentado esse processo financeiro seja o endividamento externo de bancos e grandes empresas?

R: Não. Eu acho que tem um jogo financeiro a nível mundial que se reproduz aqui. Os bancos fazem o jogo no qual eles são os grandes ganhadores. Eles ganham com inflação, com crescimento, ganham com depressão.

P: Eu quero chamar atenção para a terceira dimensão desse endividamento, que é o endividamento do Estado. Teria sido possível essa expansão do mer-

cado de crédito sem a expansão da dívida pública?

R: Eu acho que não. Em última instância, o sistema bancário converte o título de dívida pública, o título soberano, de alta liquidez, num outro tipo de dinheiro. É como se fosse uma base para a sua expansão. Aliás, tem muitos analistas econômicos que analisam as crises e veem as crises como produto desse processo.

A dívida pública pode ser virtuosa, pode ser uma maneira extremamente interessante de absorver determinados excedentes privados e levá-los a um domínio que é positivo para o desenvolvimento da sociedade e da economia. Em si, não há nada de pecaminoso na dívida pública. Mas a pergunta é sempre relevante: está se endividando para quê? Quando o endividamento público é apenas ou predominantemente para pagar juros, cria-se uma avalanche. A nossa política monetária está com essa característica: nós estamos expandindo a dívida pública sem elevar o investimento produtivo público.

P: O motor do endividamento, no seu ponto de vista, é a política monetária?

R: Eu acho que é. Na hora que você começa a querer segurar a inflação pelo jogo taxa de juros/taxa de câmbio, você começa a absorver capital especulativo de fora, que é o que acontece no Brasil de uma maneira espantosa.

P: Mas isso é o momento atual.
R: Não, nos vãos de galinha

dos últimos dez, onze anos, houve momentos assim, em menor escala.

P: Mas a ameaça não era inflacionária...

R: **O modelo de metas de inflação trabalha com a ideia de produto potencial, de que há um máximo que se pode crescer sem haver inflação. Isso os autoriza de elevar as taxas de juros, restringindo o crédito e reduzindo o crescimento.**

Quando você eleva a taxa de juros, as famílias que se endividam têm pela frente uma situação difícil. As empresas olham o futuro com mais preocupação e reduzem o investimento. Por que o Brasil tem um comportamento tão mediocre? Porque a turma do produto potencial acha que o Brasil não pode crescer mais que três, quatro por cento ao ano. Toda vez que passa de quatro por cento, começa o discurso que a economia está hiperaquecida, acima do produto potencial. O que não é absolutamente verdadeiro. Claro, se você continuar estimulando o endividamento familiar loucamente, se continuar pagando juros elevados, é evidente que a taxa de desenvolvimento da economia vai ficar baixa. Mas se a economia crescer mais, o argumento deles é que precisa elevar a taxa de juros. E a Dilma caiu nessa, já começou o governo elevando a taxa de juros. E já estão dizendo que isso vai durar até 2012.

P: Por que esse esquema, que já predomina há tanto tempo, não levou a uma estagnação do processo de endividamento das famílias?

R: Não leva. No Brasil se fez uma política explícita para as famílias se endividarem. Eu chamo de modelo Casas Bahia. Em última instância, isso aparece sob a forma de receita financeira.

Antigamente as contas nacionais estudavam a repartição funcional de renda: grossieramente, de um lado você tinha o rendimento do trabalho e do outro, o do não trabalho. O Brasil só faz crescer o rendimento do não trabalho. E as contas nacionais não examinam mais isso, os dados são estimativas indiretas.

P: O que você acha que vai acontecer com esse processo galopante de endividamento do Estado, das empresas privadas no exterior e das famílias?

R: Quanto ao Estado, se nós fizermos uma política de retomada de crescimento, a dívida do Estado vai perdendo posição relativa, porque se a economia cresce, a base tributária cresce. Você resolve isso com crescimento, mas para ter crescimento você precisa ter muito claro aonde você quer chegar. O que o Brasil não tem hoje é a imagem do seu futuro desejado. O grande problema brasileiro é que a gente não tem mais o sonho do futuro.

O endividamento público é o mais perverso que se pode imaginar. Nós estamos nos endividando pagando taxa Selic e aplicando em títulos do Tesouro americano. A Selic está a 12%, o título americano paga, na melhor das hipóteses, 2%.

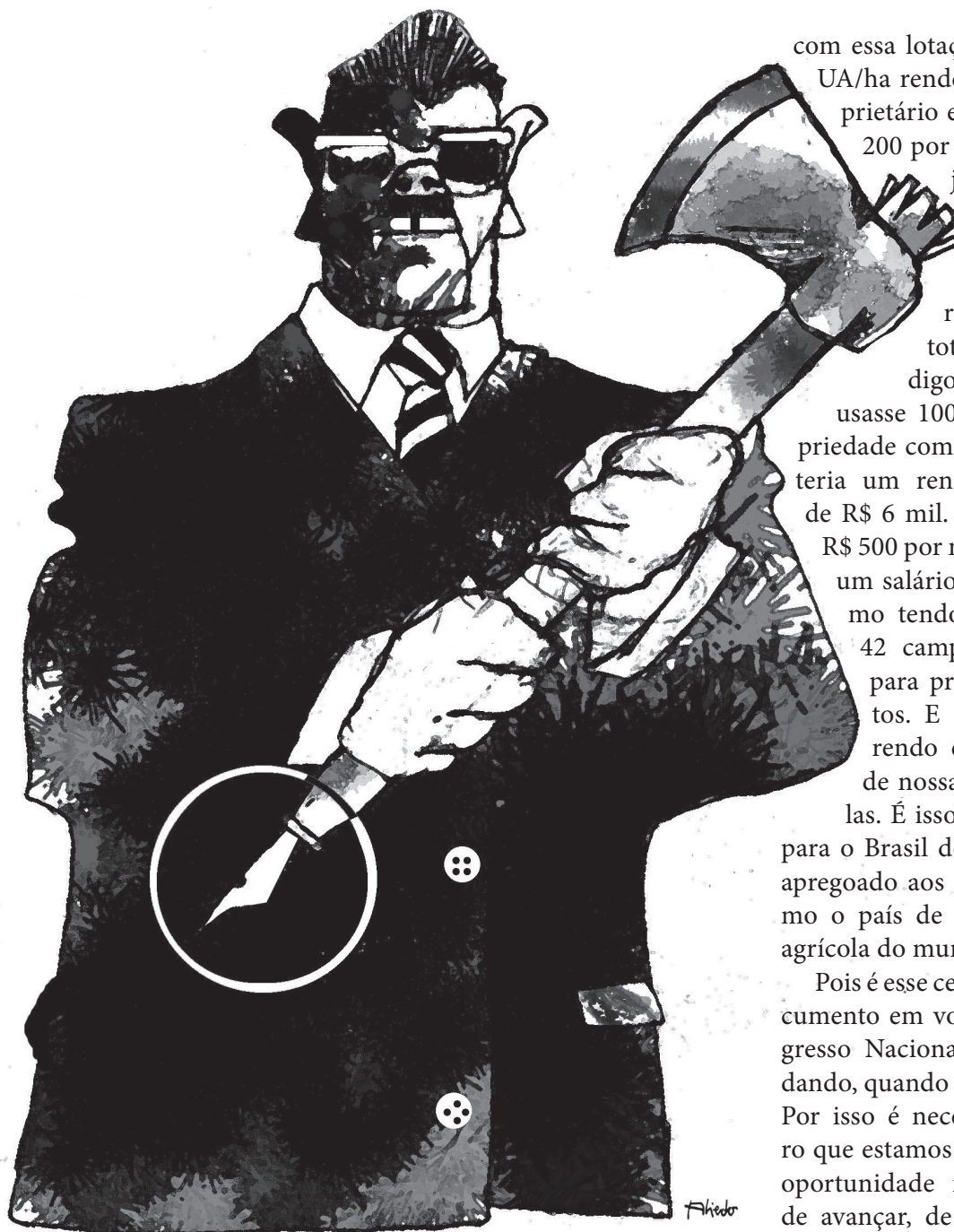
Por que perder uma grande oportunidade de avançar nas áreas agrícola e ambiental?

■ Ricardo Ribeiro Rodrigues e Thomas Lewinsohn*

O Código Florestal brasileiro está prestes a completar meio século, tendo sido emendado por vários decretos e leis subsequentes. O Brasil hoje é outro, e o Código Florestal precisa ser revisado com base no conhecimento científico acumulado nesse período, de modo a ampliar e consolidar sua eficácia como principal instrumento de salvaguarda da atividade agropecuária brasileira, com sustentabilidade ambiental. No entanto, com certeza não é essa a revisão que o documento em tramitação no Congresso Nacional representa.

A tramitação se dá pressionada pelo pretexto de uma crise da produção agrícola caso o Código Florestal atual seja mantido e cumprido, por conta da redução de áreas agrícolas com o plantio de florestas nativas para adequação das Áreas de Preservação Permanente e da Reserva Legal na propriedade rural. Esta crise é fictícia, como já foi exaustivamente demonstrado em vários trabalhos científicos recentes.

Dois terços da área do Brasil já foram convertidos para a agricultura, com o desmatamento histórico das florestas nativas, ocupadas principalmente com pastagens para a atividade de pecuária extensiva. No entanto, essa pecuária apresenta índices de produtividade do século passado, se-



não do retrasado. Temos mais de 200 milhões de hectares de pastagens no Brasil, com uma lotação média de 1 unidade animal (UA) por hectare, quando seria possível, sem grande investimento com tecnificação, uma lotação média de 2 UA/ha. Isso permitiria li-

berar 50% dessas pastagens, ou seja, algo em torno de 100 milhões de hectares de terras já convertidas que poderiam ser utilizadas para outras atividades de produção, como produção de grãos, açúcar, álcool etc. O pior dessa realidade é que uma propriedade de pecuária

com essa lotação média de 1 UA/ha rende para seu proprietário em torno de R\$ 200 por ha/ano. Ou seja, um agricultor com 30 ha de terra que, desrespeitando totalmente o Código Florestal atual, usasse 100% da sua propriedade com essa atividade, teria um rendimento anual de R\$ 6 mil. Isto equivale a R\$ 500 por mês, menos que um salário mínimo, mesmo tendo em torno de 42 campos de futebol para produzir alimentos. E isso está ocorrendo em dois terços de nossas áreas agrícolas. É isso que queremos para o Brasil de 2011, sempre apregoado aos sete ventos como o país de maior vocação agrícola do mundo?

Pois é esse cenário que o documento em votação no Congresso Nacional está consolidando, quando não agravando. Por isso é necessário ter claro que estamos perdendo uma oportunidade muito especial de avançar, de demonstrar, a nós mesmos e ao mundo, que sabemos produzir, com índices elevados de produtividade em todas as nossas atividades agropecuárias, mas principalmente naquelas que ocupam as maiores áreas. Fazer qualquer alteração na legislação brasileira para disponibilizar mais área agrícola, substituindo-

do formações naturais, significa expor ainda mais essa nossa inépcia agrícola, o nosso calcanhar de Aquiles. Devemos, isto sim, usar eficientemente as áreas agrícolas já disponíveis, saindo desse nível vergonhoso de produtividade de nossa maior atividade agropecuária, em vez de pensarmos em abrir novas fronteiras agrícolas, através da legalização das irregularidades ambientais.

Nenhum brasileiro, inclusive os ambientalistas, defende que áreas de elevada fertilidade sejam restauradas com florestas nativas. Esperamos, no entanto, que nas propriedades privadas as florestas remanescentes sejam preservadas, com base no instrumento legal de Reservas Legais nas porcentagens estabelecidas; que as matas ciliares sejam restauradas, usando o instrumento legal das Áreas de Proteção Permanente, permitindo com isso interligar na paisagem todas as florestas naturais e restauradas. Isto assegurará benefícios para a biodiversidade que são literalmente incalculáveis, além de inúmeros serviços ambientais, inclusive para as próprias culturas agrícolas, como sua polinização “natural”, sem a qual há grande queda de produtividade ou um aumento substancial de custos para sua substituição.

Defendemos ainda que as áreas que foram ocupadas historicamente para a atividade de produção agropecuária, em épocas de baixa tecnificação agrícola, mas que atualmente são avaliadas como áreas de baixa aptidão agrícola em função de sua elevada declividade, muitas das quais hoje estão abandonadas ou ocupadas com pastagem de baixíssima produtividade, ainda menor que a média nacional, também se-

jam restauradas com espécies nativas, dentro do conceito de Reserva Legal. Tais situações são encontradas na propriedade rural, ou na microbacia ou mesmo na bacia hidrográfica e são muito raros os casos de não existirem na paisagem regional. Essa restauração pode ser feita com fins de exploração econômica, o que é permitido para Reservas Legais na legislação ambiental vigente. Diversos estudos científicos têm demonstrado que essas áreas podem retornar um rendimento econômico pelo menos três ou quatro vezes maior que os R\$ 150 por ha (com 0,7 UA/ha) por ano obtidos com a pecuária, com madeiras de espécies nativas ou explorando frutíferas nativas, plantas medicinais e plantas melíferas. Esta proposta demonstra que há argumentos econômicos e práticos para questionar o atual projeto, que vão além do mero discurso ambientalista, conforme alegam os seus proponentes.

Fica claro que é mais do que precipitado adotar as alterações ao Código Florestal atual que visam apenas disponibilizar mais áreas agrícolas, pois muitas dessas áreas continuarão sendo ocupadas com pecuária de baixo rendimento. Em vez disso, as culturas de alta tecnificação devem repor essa pecuária de baixa produtividade, especialmente onde ela hoje ocupa solos planos de elevada fertilidade. Conforme levantamentos já publicados, tratam-se de cerca de 60 milhões de ha, que suportariam a demanda de aumento de área de nossa agricultura por pelo menos mais 50 anos, conforme as previsões correntes.

A discordância sobre o projeto de reforma do Código Florestal não deve ser reduzida somente a

um confronto entre ambientalistas e ruralistas, como os proponentes do novo projeto querem fazer crer, e como a mídia quase toda tem representado. Esta representação inadequada também encobre a explicitação da fragilidade de nossa política agrícola, que busca esconder-se e, mais que isso, servir-se da reversão da política ambiental para aumentar ganhos sem ter que se esforçar para tal. Se o Congresso e o Planalto aprovarem o projeto apresentado pelo Deputado Aldo Rebelo, estarão dando ao mundo um atestado de incompetência para a elaboração de uma política agrícola inovadora, em sintonia estreita com políticas ambientais consistentes, que conjuntamente permitirão a produção de alimentos com efetiva sustentabilidade ambiental. Sem dúvida, distorções do Código Florestal atual podem e devem ser corrigidas, tanto para regiões como para culturas específicas. O bom senso também dita que a propriedade agrícola genuinamente familiar requer um tratamento diferenciado no cumprimento dessa legislação, mas isso deve ser feito com cuidado e limitantes efetivos, e principalmente com transparência e muita discussão com os envolvidos.

A falsa polarização entre ambientalistas e ruralistas impede que se reconheça a amplitude do leque real de atores e participantes legítimos do debate em torno do Código Florestal. Por um lado, os fazendeiros, produtores e empreendimentos agrícolas não se encontram todos bem representados pelos deputados e lideranças mais estridentes e retrógrados, que têm coagido ostensivamente o Congresso e a própria Presidência. Seguramente, há um segmento importante dos empreendedores agrícolas brasileiros atuais com

uma visão mais ampla e contemporânea de sua atividade dentro de um contexto genuinamente sustentável. Por outro lado, o rótulo de ambientalista é igualmente inapropriado para definir todo o extenso e diverso rol de pesquisadores brasileiros de diferentes especialidades e abordagens que vêm produzindo conhecimento científico da maior pertinência ao desenho de uma política ambiental sólida e integrada. Isto está bem indicado pelos documentos que a Academia Brasileira de Ciências, a SBPC e a ABECO produziram sobre o tema, e que foram ignorados e escarnecidos pelo relator do projeto na Câmara. Se as posições mais sérias, ponderadas e responsáveis, de cientistas, agroprodutores e outros participantes, continuarem excluídas da avaliação do Código Florestal no Senado e no próprio Executivo, as perspectivas ambientais futuras do Brasil serão seriamente comprometidas, com consequências corrosivas não apenas para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais remanescentes, mas para as próprias propriedades rurais que hoje a vanguarda do retrocesso alega defender, no projeto que agora é a vez do Senado apreciar.

* Ricardo Ribeiro Rodrigues é doutor em Biologia Vegetal pela Unicamp e professor titular do Depto. de Ciências Biológicas da ESALQ/USP. De 2004 a 2009, foi coordenador do programa BIOTA da FAPESP. Coordena o Programa de Adequação Ambiental de Propriedades Rurais do LERF, com mais de 15 anos (www.ler.esalq.usp.br).

* Thomas Lewinsohn é doutor em Ciências pela Unicamp e professor titular do Depto. de Ecologia na mesma universidade. É presidente da ABECO (Associação Brasileira de Ciência Ecológica e Conservação), especialista em biodiversidade e consultor, dentre outros, do Banco Mundial e da European Science Foundation.

Um Futuro Prateado

■ Karina Kato*

No mês passado o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) liberou a duplicação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), em meio a polêmicas, multas, embargos e poluição. A celeridade no processo impressiona, uma vez que a usina, mesmo operando com uma licença de pré-operação e, portanto, não utilizando toda a sua capacidade produtiva, foi responsável, no último ano, por situações corriqueiras de poluição com impactos sobre a saúde e a vida da população vizinha ao empreendimento. Segundo a Secretaria Estadual do Ambiente (SEA), a TKCSA corre o risco de não ter a licença de operação definitiva concedida pelos problemas ambientais apresentados (DCI, 2010). Mas, estranhamente, isso não impediu a autorização da duplicação produtiva que ficou

condicionada à apresentação de um projeto de redução das emissões que obriga os moradores a conviverem com a poeira prateada por, no mínimo, mais doze meses (tabela 1).

A TKCSA é uma *joint venture* da Vale e da ThyssenKrupp para construção de uma usina siderúrgica, a maior da América Latina, e um porto privado. Localiza-se na Baía de Sepetiba, região que historicamente tem vocações para a agricultura, a pesca e o turismo. Desde a década de 1970, os planos de desenvolvimento do estado previam estabelecer ali indústrias pesadas. Ainda que esses planos tenham instalado a Casa da Moeda, a Cosigua, a Valesul e a Ingá, restaram áreas residenciais cuja urbanização remete aos anos 1950 e que atualmente abrigam conjuntos habitacionais como o Miécimo, o Guandu Velho, o Guandu II, o Liberdade, o João XXIII, o Novo Mundo e o São

Fernando, entre outros. Com a chegada da TKCSA, essas famílias se viram obrigadas a conviver diariamente com a poluição, a emissão de particulados e com a degradação da qualidade de vida e da saúde.

Os problemas ambientais e sociais causados pela TKCSA, entretanto, não se restringem aos impactos de operação. Tiveram início em 2007 com as obras de implantação. Desde então, movimentos sociais, universidades, sindicatos, assessorias, moradores e pescadores vêm denunciando no plano nacional e internacional as irregularidades da TKCSA. O assunto já foi tema do Jornal dos Economistas em 2009. Os primeiros a sofrer foram os pescadores artesanais, seguidos pelos operários que trabalharam na obra e, agora, os moradores do entorno (MILANEZ et. ali., 2011).

Para entendermos a TKCSA, entretanto, temos que enxer-

gá-la como parte de um projeto de desenvolvimento que prevê a especialização da região em atividades siderúrgicas e portuárias. Este modelo pensa o desenvolvimento local a partir de fatores exógenos que colocam em xeque algumas potencialidades já existentes na região. Ao mesmo tempo, as perspectivas de gerar um dinamismo que inclua a população local são pequenas. O caráter exportador do pólo siderúrgico de semi-acabados, placas de aço, dotado de uma baixa capacidade para gerar encadeamentos econômicos que incluam e gerem crescimento com distribuição. A tendência é reproduzir um padrão de enclave econômico. Um polo sustentado por capitais e tecnologias externas (firmas transnacionais), consumidor de matérias-primas de fora (no caso, minério de Minas e carvão mineral da Colômbia), gerador de produtos a serem beneficiados fora (Alemanha e Estados Unidos) e atraídas por incentivos fiscais que anulam seu impacto tributário (isenção total de ICMS¹ e ISS²). Nos últimos quatro anos, a TKCSA deixou de pagar ao governo estadual R\$ 695 milhões devido à isenção de ICMS. Ao mesmo tempo, os investimentos públicos passam a ser orientados não para o atendimento da população, mas para garantir a infraestrutura econômica para o novo projeto (Arco Metropolitano e outras obras de pavimentação realizadas sob o rótulo de compensações sociais).

A poluição causada pelos empreendimentos siderúrgicos prejudica a saúde dos moradores, o meio ambiente e, até mesmo, a

Tabela 1 - retrospectiva TKCSA desde a inauguração

18.06.2010	Obtenção da licença de pré-operação. Inauguração com presença de Lula e Sérgio Cabral.
De junho de 2010 até hoje	Constantes chuvas de prata – relatos de moradores e pescadores. Inundações constantes no Conj. Hab. São Fernando – obra alterou sistema de drenagem da região.
Agosto de 2010	INEA multa a TKCSA em R\$ 1,3 milhão
02.12.2010	Ação Penal do Ministério Público do RJ denuncia a TKCSA e dois executivos por crimes ambientais (pena de até 19 anos de prisão). A usina gera poluição em níveis prejudiciais à saúde humana.
20.12.2010	MPE e INEA exigem que seja feita uma auditoria externa (Usiminas) e que só então liberariam o funcionamento do segundo alto-forno.
21.12.2010	TKCSA informa à SEA que, se o segundo alto-forno não entrasse em operação, demitiria 800 funcionários. SEA libera o segundo alto-forno.
26.12.2010	Chuvas de prata. Situação de poluição pesada em Santa Cruz – emissão de fuligem.
05.01.2011	TKCSA é multada em R\$ 2,8 milhões e fica obrigada a aplicar R\$ 14 milhões em obras para a comunidade.
18.03.2011	Criada a Comissão Especial para apurar possíveis irregularidades e imprevidências do governo do estado e do INEA na concessão do licenciamento ambiental à TKCSA.
10.05.2011	SEA embargou a ampliação até que a usina cumpra todos os condicionantes socioambientais.
20.05.2011	INEA autoriza a duplicação

Fonte: elaboração da autora.

instalação de outras atividades econômicas. Antes da duplicação, a TKCSA, sozinha, já seria responsável por elevar em 76% as emissões de CO₂ na cidade. Estudo da Fiocruz (PORTO e MILANEZ, 2009) destaca que a concentração de poluentes em Santa Cruz é tão elevada que, pela legislação européia, seria considerada área com efeitos negativos sobre a saúde das pessoas. Não é à toa que a empresa coreana Hyundai desistiu de implantar uma fábrica de automóveis em Santa Cruz, alegando que a poluição das siderúrgicas corroía até a pintura dos carros (OLIVEIRA, 2008).

A promessa de emprego também não se concretizou. O emprego gerado na fase de implantação do empreendimento se reduziu bruscamente com a operação e as necessidades de capacitação da mão-de-obra impedem a contratação da população local. Durante as obras, em grande parte, os operários foram trazidos por empreiteiras terceirizadas e, em alguns casos, quarteirizadas, de fora (PINHEIRO, 2009). Na fa-

se de operação gera 2.500 empregos diretos, de nível médio, técnico e superior ou acima. Como declarou Luiz Cláudio Castro, diretor de sustentabilidade ambiental, num debate na PUC-RJ, a TKCSA encontra dificuldades em contratar pessoas da região (hoje seriam cerca de 300), pois faltaria qualificação profissional. Por isso, para formar seu quadro de funcionários, a TKCSA vem recrutando profissionais em outras empresas siderúrgicas. Só da CSN, em Volta Redonda, a TKCSA teria contratado cerca de 400 funcionários, gerando um mal-estar no Instituto Aço Brasil (VALOR ECONÔMICO, 2010).

Importante destacar também que, ao mesmo tempo em que não absorve a população local, a TKCSA inviabiliza as atividades de pesca, turismo e agricultura, implicando a destruição de postos de trabalho que até pouco tempo eram importantes para a região. Segundo dados da Fundação CIDE, em 2006, cerca de 2.250 pessoas trabalhavam formalmente no turismo em Itaguaí e Mangaratiba. A FAPESCA³ estima em cerca de 8.000 os pescadores da Baía de Sepetiba. O próprio documento Estudo de Impacto Ambiental da TKCSA⁴ reconhece a importância da pesca e do turismo, estimando em cerca de 7.000 o número de pescadores e em 2.400 o número de embarcações.

Adicionalmente, Júlio Bueno, secretário estadual

de desenvolvimento econômico, energia, indústria e serviços, destaca que a produção de semi-acabados, ou placas de aço, seria positiva, posto que agregaria valor ao minério de ferro, hoje largamente exportado pelo Brasil. Contudo, especialistas destacam que para se ter uma visão ampla do processo, deve-se analisar toda a cadeia produtiva do aço. Se o país só apresentasse como possibilidades de inserção no mercado global a exportação de semi-acabados ou minério de ferro, a opção por exportar placas de aço seria plenamente justificável. Contudo, o Brasil apresenta hoje todas as condições, como tecnologias, recursos naturais e humanos, para produzir e vender laminados e outros aços com maior valor agregado. Desta forma, optar por especializar a produção em semi-acabados seria uma opção pior e com menor capacidade para gerar encadeamentos econômicos no local. A opção das empresas brasileiras por calcar sua inserção internacional em *commodities* e semi-acabados obedece a tendência das siderúrgicas globais de redistribuírem sua capacidade produtiva, concentrando a fase quente (que vai até o estágio dos produtos semi-elaborados) nos países periféricos e mantendo a fase fria, menos poluente, próxima aos mercados consumidores. No Brasil, em 2006, cerca de 70% da produção dos aços laminados foi destinada ao mercado interno e 90% da produção de semi-elaborados foi destinada ao mercado externo (IBS, 2003; 2007 a apud. MILANEZ & PORTO, 2008).

Ao que tudo indica, nos parece que, em breve, a licença de operação da TKCSA será concedida, ao mesmo tempo em que o INEA e a SEA seguirão desconsiderando e fazendo vis-

tas grossas à incapacidade técnica da TKCSA em lidar com os seus impactos socioambientais. O caso continua sendo investigado pela Comissão Especial da ALERJ e sendo objeto de ação penal do MPRJ. Contudo, como visto na duplicação, ainda que a licença seja condicionada a compromissos futuros, as comunidades continuarão se vendo obrigadas a conviver com a poluição e terão sua qualidade de vida ainda mais deteriorada.

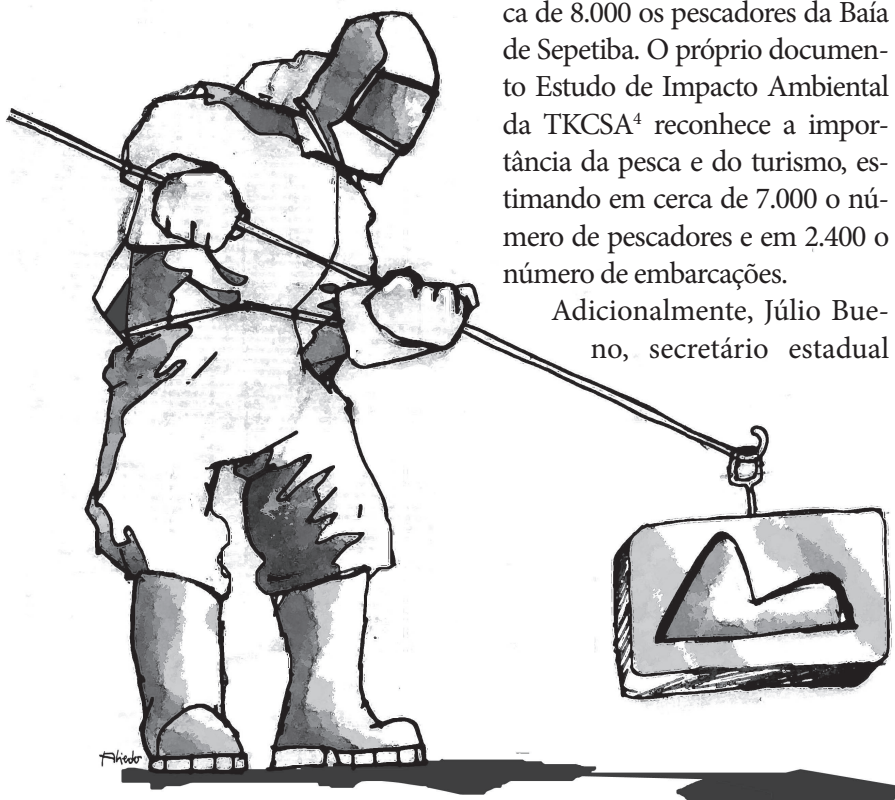
A TKCSA, entretanto, não é o único empreendimento a ameaçar a Baía de Sepetiba. Planejam-se para a região mais de R\$ 38 bilhões de investimentos, englobando, ao lado do porto de Itaguaí e da TKCSA, já instalados, o terminal conjunto da CSN, Gerdau e Petrobras (com mais siderúrgicas), o Porto Sudeste, uma siderúrgica da Usiminas e um estaleiro da Marinha. Assim, há perspectivas claras de que a situação hoje vivida pelos pescadores e agricultores artesanais da Baía de Sepetiba e pelos moradores de Santa Cruz tenda a piorar. Se nos pautarmos na experiência passada e presente com a TKCSA, à Baía de Sepetiba está reservado um futuro prateado que de bom, não tem nada.

1 Lei nº 4.529 de 31 de março de 2005: Concede isenção total do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual ou Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nas fases de construção, pré-operação e operação do complexo siderúrgico. O prazo de concessão é de 20 anos.

2 As leis que concedem a isenção de Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza para a TKCSA são a Lei nº 4.372, de 13 de junho de 2006, e o Projeto de Lei nº 1/2009, que altera a lei anterior renovando os benefícios de que trata por mais cinco anos (total – 10 anos).

3 Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro. 4 Páginas na página 794 e 799.

* Karina Kato é economista do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs) e doutoranda do CPDA/UFRRJ.



Capitalismo globalizado e recursos territoriais

■ Cecília Campello do Amaral Mello*

Nascido de uma iniciativa de um conjunto de laboratórios acadêmicos dedicados à pesquisa social aplicada ao território, o livro *Capitalismo globalizado e recursos territoriais - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo* (Almeida et alii, Ed. Lamparina, Rio de Janeiro, 350 p.) traz nova luz ao debate contemporâneo sobre as inflexões do capitalismo brasileiro nesta primeira década do século XXI. As contribuições dos autores combinam análises macroeconômicas refinadas sobre as transformações recentes da economia mundial, do Brasil e da América Latina com reflexões sobre seus efeitos nos territórios, isto é, numa escala, digamos, “real”, em que estão em jogo disputas em torno de recursos territoriais, naturais e sociais.

Os autores descrevem as transformações e continuidades do processo de acumulação no Brasil, em seu caráter “ornitorrítico” (Cf. Francisco de Oliveira, 2001), articulando, num plano, um tipo de acumulação intensiva – setor industrial e de serviços de ponta, alta renda do capital e ganhos de produtividade – e, num outro plano, um tipo de acumulação extensiva via expansão das fronteiras pela expropriação de recursos comuns e expansionismo territorial predatório. Partindo de distintas bases empíricas, todos os artigos desta coletânea detêm-se de algum modo sobre as facetas desta dimensão menos conhe-

cida do capitalismo brasileiro, revelada nos desdobramentos da noção de acumulação extensiva e de acumulação por despossessão/espoliação.

Os artigos de Carlos Brandão (UNICAMP) e de Henri Acselrad e Gustavo Bezerra (UFRJ) trazem ricas reflexões sobre a atualidade do conceito de acumulação primitiva e seu caráter de estratégia permanente e não apenas “originária” do capitalismo. Com foco nos territórios onde se realiza a acumulação por espoliação, Brandão discorre sobre o legado histórico desta opção política e suas perversas consequências sociais. Henri Acselrad e Gustavo Bezerra demonstram que, apesar do discurso da “modernização ecológica” ter sido plenamente internalizado nas instituições correntes, a adoção de mudanças efetivas nos padrões técnico-espaciais do capitalismo não ocorreu até agora porque vigora de fato uma divisão socioespacial da degradação ambiental, que destina riscos ambientais e sociais acrescidos a determinados grupos sociais vulnerabilizados. A criação de novas zonas de acumulação se faz através da “chantagem locacional” dos investimentos, isto é, da “ameaça de deslocalização dos empreendimentos com a colocação dos trabalhadores em situação de competição, não só no que diz respeito ao nível de seus salários, mas também aos direitos e condições normativas destinados a assegurar proteção social e ambiental” (p.180).



João Antonio de Paula (UFMG) analisa a crise financeira de 2007-2008, também chamada de crise da financeirização neoliberal, e os limites das suas fórmulas de superação no Brasil, que não apontam para a superação do subdesenvolvimento. Luis Fernando Novoa Garzon (UFRO) aprofunda-se sobre as contradições do financiamento público ao “desenvolvimento” através do BNDES, seu caráter altamente concentrado no setor de commodities e suas consequências socioambientais.

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA) analisa as estratégias do agronegócio – as chamadas “agroestratégias” – a fim de consolidar sua expansão territorial e as tentativas de enfraquecimento dos dispositivos constitucionais que garantem os direitos territoriais e étnicos de povos indígenas e comunidades tradicionais. Francisco del Moral Hernández e Célio Bermann (USP) detêm-se sobre a expansão da

fronteira da exploração petrolífera na Amazônia, em áreas protegidas e terras indígenas, e as tentativas de legitimação deste processo a partir do discurso desenvolvimentista e nacionalista.

As causas e tendências das questões de uso e de conservação dos recursos hídricos no Brasil, à luz das pressões e dos limites do desenvolvimento econômico, são analisadas por Antonio Augusto Ioris (Universidade de Aberdeen, Reino Unido). Klemens Laschfski (UFV) e Andréa Zhouri (UFMG) detêm-se sobre a dinâmica de expansão dos agrocombustíveis e sua lógica fomentadora de uma reconfiguração espacial dos territórios e geradora de conflitos ambientais. Por fim, Coelho et al. (UFRJ, UFPA, UFCG) analisam os projetos de exploração e industrialização mineral na Amazônia Oriental brasileira, com foco na mineração de bauxita e na industrialização do alumínio, e as tensões e os conflitos territoriais e ambientais daí advindos.

Capitalismo globalizado e recursos territoriais é um livro obrigatório para estudiosos e demais interessados nas transformações do capitalismo brasileiro contemporâneo e, em particular, nas dinâmicas socioespaciais conflituosas nascidas da generalização do processo de acumulação por espoliação induzido pelas políticas de crescimento econômico adotadas na última década.

* Cecília Campello do Amaral Mello é doutora em Antropologia e pós-doutoranda do Ippur/UFRJ.

Crise ecológica: decifra-me ou devoro-te

“MATA”

Hoje me matas
violentamente

com este machado

Mas,

Amanhã das minhas flores

te farão uma coroa,

do meu caule tua urna mortuária.

Aí sim.

Irás ao encontro da minha raiz.

Eu te esperarei lá embaixo.

(Selmo Vasconcellos, Rondônia)

Conservar nosso planeta de forma que as gerações futuras também possam desfrutar dos recursos naturais é um legado que toda a sociedade deve tomar para si. Porém, seria possível compatibilizar o crescimento econômico com meio ambiente ecologicamente equilibrado? Como tal atitude afeta os aspectos econômicos? Por outro lado, como o Estado trata a questão ambiental no orçamento público?

Para tentar responder a essas e outras questões e estimulado pela comemoração do Dia

Mundial do Meio Ambiente em 5 de junho, o FPO promoveu o debate “Desenvolvimento Sustentável é possível?”, que contou com as seguintes presenças: economista Fabrina Furtado (Jubileu Sul), professor Carlos Eduardo Young (UFRJ) e ambientalista Sérgio Ricardo (ex-Conema). Além dos debatedores, o evento teve o depoimento da irmã Henriqueta, ameaçada de morte por sua atuação no combate à pedofilia no Pará, numa conexão entre a degradação ambiental e a humana. Já o momento poesia com economia teve a participação do ator Eduardo Tornaghi.

Para dar início ao evento, a equipe FPO apresentou dados orçamentários referentes aos recursos aplicados às questões ambientais no estado e no município do Rio de Janeiro. Foram analisados os gastos com Gestão Ambiental e seus desdobramentos no período de 2002 a 2010, além do comportamento dos recursos oriundos dos royalties do petróleo.

Estado do Rio de Janeiro

Conforme é possível observar, o gasto com a Função Gestão Ambiental é influenciado pelo comportamento dos royalties do petróleo e participações especiais. Isso ocorre porque dispositivo constitucional determina que 5% destes recursos sejam destinados para o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano. Desta forma, a indenização pela extração de petróleo torna-se a principal fonte de recursos do gasto ambiental.

No entanto, é possível notar um descolamento em 2008, ano em que houve a maior arrecadação de royalties e participações especiais. A causa pode ter sido uma mudança na destinação dos recursos do Fundo, na medida em que suas ações não foram concentradas na gestão ambiental, mas distribuídas também pelas funções saneamento e transporte.

Outro destaque é o crescimento da participação dos convênios nos últimos dois anos, devido às transferências da União destinadas às obras do PAC (quase 40% em 2009). Estes recursos foram destinados, principalmente, para os programas Projeto Iguaçu e Recuperação Infraestrutura Hidrográfica Baixada Campista.

Pelas subfunções notamos que Preservação e Conservação Ambiental tem o maior peso do total; em 2006 ela chegou a representar mais de 80%, contudo de 2007 para 2010 sua participação diminuiu de 76% para 56%, enquanto outras, como saneamento básico (9%) e habita-

ção (5%), cresceram.

Essa mudança trouxe mais transparência para os gastos, na medida em que era possível encontrar os mais diversos programas, desde limpeza de canais e obras de esgotamento sanitário até obras de programa habitacional e do metrô, dentro desta subfunção. Em 2006, por exemplo, foram gastos mais de R\$ 42 milhões com trens, R\$ 111 milhões com desenvolvimento urbano, R\$ 57 milhões com obras do metrô e R\$ 28 milhões com saneamento.

Em segundo lugar está a subfunção Administração Geral, que concentra os gastos com pessoal e manutenção. Ela mais que triplicou no período, em termos nominais, e sua participação no total alcançou 21% em 2010.

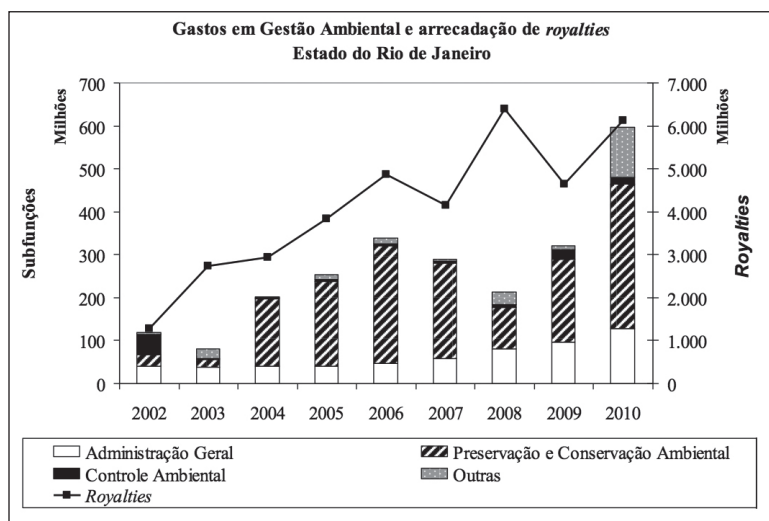
Município do Rio de Janeiro

O Gráfico 2 apresenta o gasto da Função Gestão Ambiental subdividido em subfunções. Foram destacadas três: Administração Geral, Preservação e Conservação Ambiental, e Recuperação de Áreas Degradadas. Em Outras estão contabilizadas as subfunções restantes.

Em Administração Geral estão concentrados os gastos com pagamento de pessoal e manutenção, uma despesa sem grandes oscilações.

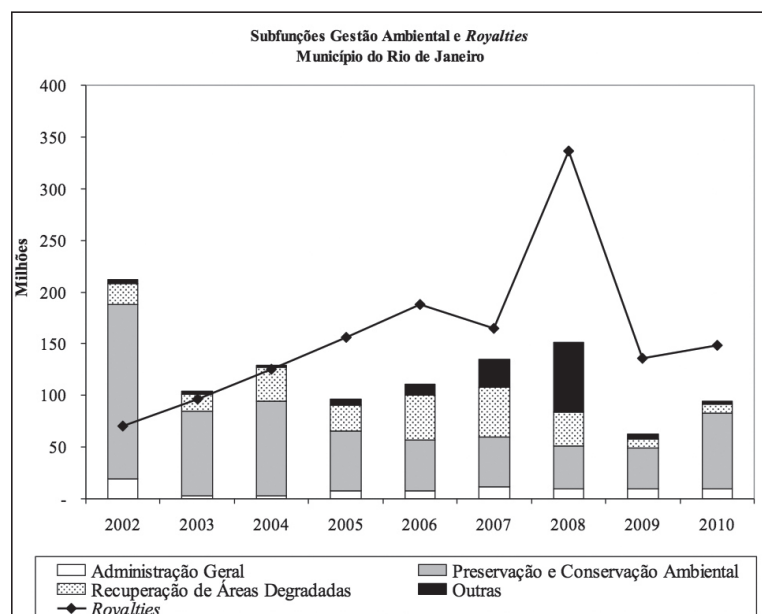
A subfunção Preservação e Conservação Ambiental é a maior em termos de montante gasto: excetuando o período de 2006 a 2008, esta sempre liquidou mais de 60% dos gastos. Contudo, apresenta muitas despesas relativas a custeio e campanhas de educação ambiental.

Gráfico 1



Fonte: SIG (Sistema Informações Gerenciais) em valores nominais.

Gráfico 2



Fonte: Prestação de Contas (2002-2010) e em valores de março/2011.

Já Recuperação de Áreas Degradadas concentra programas como, por exemplo, tratamento dos recursos hídricos e recuperação de áreas verdes. Entretanto, esses gastos representam uma média de 19,5%. Somente nos anos 2006 e 2007 romperam o percentual dos 30%, marcando, respectivamente, 39% e 35%. Para 2011 estão previstos apenas R\$ 4,5 milhões, 5%, para esta subfunção.

Em Outras estão agregadas subfunções como Lazer, Controle Ambiental etc. O alto valor desta soma em 2007 e 2008 se deve às subfunções Serviços Urbanos e Saneamento Básico, que liquidaram juntas R\$ 22 milhões em 2007 e R\$ 53 milhões em 2008.

Para 2011 estão previstos R\$ 89 milhões para a Gestão Ambiental, o menor volume no período analisado, que correspondente a 0,49% do orçamento total. A subfunção Preservação e Conservação Ambiental segue a tendência de ter a maior parte dos recursos. Liquidou, por enquanto, R\$ 30 milhões, equivalente a 56% do previsto para a mesma.

Desenvolvimento sustentável é possível?

Os debatedores apresentaram posições diferentes em relação à possibilidade de se ter desenvolvimento sustentável.

A economista Fabrina Furtado apresentou um histórico da questão ambiental no cenário econômico global. A construção da atual crise ecológica veio à tona nos anos 60, quando os desafios da degradação ambiental e os limites do crescimento econômico foram evidenciados. Surgiram discursos críticos sobre o meio ambiente como o ecodesenvolvimento, mas foram logo submetidos aos ditames da globalização econômica.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio-92) procurou conciliar o crescimento econômico com preservação ambiental dentro do sistema capitalista sem efetivamente lidar com os conflitos em torno do acesso, apropriação e uso da natureza. Segundo ela, a adoção desse modelo culminou no modo de produção consumista e concentrador, aguçando a crise ecológica. Hoje o conceito da vez,

agenda central da Rio-2012, é o da economia verde, um novo ciclo de acumulação capitalista.

Ao longo do processo histórico foi criada uma grande dívida ecológica pela escravidão, extração e roubo da biodiversidade e de conhecimentos tradicionais dos povos do Sul, e por instrumentos de controle e opressão neoliberais como a dívida, acordos comerciais e de investimento, a subjugação cultural e o uso da força que proporcionaram o poder econômico, industrial e militar dos países do Norte. Tem como objetivo mudar as relações entre os países, determinar responsabilidades e debater o meio ambiente para além dos argumentos da conservação e sustentabilidade.

Para Fabrina, a justiça ambiental passa pela reparação dessa dívida e pela construção de outros desenvolvimentos que busquem integrar a questão social, política e ambiental, dada a sua indissociabilidade. Em resumo, a natureza está mais do que nunca no centro dos conflitos, mas a questão central é saber quem, como e para que controlar os "recursos" naturais.

Carlos Eduardo Young tem outra visão e acredita no aumento da produção e consumo, sem degradar o meio ambiente, como meio possível e desejável de melhoria da qualidade de vida.

A argumentação a favor do desenvolvimento sustentável foi construída baseada em dados e pesquisas de que a expansão no setor de serviços e construção geraria mais renda e mais emprego sem precisar aumentar o grau de exploração ao meio ambiente, enquanto que expandir atividades primárias não seria tão efetivo na geração de renda e traria maiores prejuízos à questão ambiental.

Outro ponto apresentado por Young diz respeito ao fato

de que onde há desmatamento há queda na qualidade de vida da população e cresce o número de conflitos gerados por interesses fundiários. Ou seja, desmatar está ligado não só à questão ambiental, mas também à questão social.

Enfim, Young, como seguidor das idéias de Keynes, propõe que o Estado reorienta os investimentos de forma a impedir não somente a degradação ambiental, mas também social.

A linha de pensamento do ambientalista Sérgio Ricardo traduz uma forma dual sobre as questões ambientais. Embora ele concorde com Fabrina que o modelo de desenvolvimento sustentável é voltado para o capitalismo, ele acredita que é possível gerar uma economia sustentável, ou seja, haver produção sem objetivar o consumo em massa e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente.

Outro ponto abordado foi a crítica ao novo Código Florestal, por possibilitar o aumento do desmatamento e não proporcionar uma punição aos causadores, além de aumentar a concentração de latifúndios. Isto contribuirá para o modelo econômico baseado na monocultura e especialização de produtos primários. Segundo Sérgio, este código promoverá uma tragédia para a sociedade urbana.

O debate mostrou que a questão ambiental pode ser encarada sob diversas óticas. Entretanto, todos concordam que os problemas ambientais estão associados às questões social e econômica, seja como o reflexo de uma sociedade consumista moldada por um modelo produtivo, seja na possibilidade de associar uma produção que atenda às necessidades da população com o desenvolvimento sustentável.

Secretaria de Obras aceita recurso do Corecon-RJ

Atendendo a ofício do Corecon-RJ, a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Obras do Rio de Janeiro estendeu a empresas registradas no Corecon-RJ o direito de participar na Tomada de Preços 27/2011, realizada em 3 de junho. O obje-

tivo da Tomada de Preços era selecionar uma empresa para uma auditoria financeira na obra da Transcarioca.

Inicialmente, o edital da tomada de preços limitava a participação a empresas registradas no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC/RJ). O Co-

recon-RJ foi informado sobre a questão em 31 de maio. No dia seguinte, apresentou ofício à Comissão de Licitação, esclarecendo que as empresas registradas no Corecon-RJ são habilitadas a prestar serviços de auditoria quando se trata de matéria econômica ou financeira. Em errata publicada

no dia 2 de junho, a Comissão revogou a restrição.

Representantes do Corecon-RJ saudaram o desfecho deste caso como um importante precedente para futuras contratações de empresas pela Secretaria de Obras e demais órgãos públicos de todas as esferas governamentais.

CRC-RJ reconhece que pode ter errado em autuação a economista

■ Em contestação à ação movida pelo Corecon-RJ, o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC/RJ) reconheceu que errou ao multar um economista registrado no Corecon-RJ. Em 2006, o CRC/RJ multou o economista por exercício ilegal da profissão de contador, após o profissional realizar uma perícia econômico-financeira a pedido da Justiça. A alegação foi de que a perícia era contábil e que, portanto,

o economista era um leigo, desempenhando ilegalmente a profissão de contador.

O reconhecimento da possibilidade do erro é um passo importante no andamento da ação ordinária com antecipação da tutela jurisdicional que o Corecon moveu em dezembro contra o CRC/RJ para garantir a atuação de economistas nas funções de perito judicial e extrajudicial no Estado do Rio de Janeiro. O objetivo da ação

é impedir em definitivo que o CRC/RJ lavre autos de infração, instaure processos administrativos ou imponha penalidades contra economistas registrados que desempenhem atividades de perito na área econômico-financeira. Na ação foi solicitada também a anulação de todos os atos fiscalizatórios e punitivos já realizados.

A ação é uma resposta às várias queixas de economistas fluminenses em relação ao mo-

dos operandi da fiscalização do CRC/RJ. As funções de perito não são cativas dos contadores. Na verdade, o Decreto 31.794/52, em seu artigo 3º, define que as perícias que envolvem assuntos econômico-financeiros são privativas de economistas. As perícias tratam em geral de questões de natureza conceitual ou cálculos referentes a valores patrimoniais. A perícia é judicial quando é solicitada por um juiz.

Agenda de cursos para 2011

Maio

ECONOMIA INDUSTRIAL: TEORIA E APLICAÇÕES PARA O CASO BRASILEIRO. 27 de maio a 5 de agosto

Junho

ANÁLISE DE SÉRIES TEMPORAIS. 30 de junho a 18 de agosto

Julho

FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL. 1º de julho a 19 de agosto

TRIGONOMETRIA E GEOMETRIA ANALÍTICA. 18 de julho a 19 de setembro

CONTABILIDADE AMBIENTAL. 25 de julho a 4 de agosto

Agosto

RÉGULAÇÃO ECONÔMICA COM FOCO NA INDÚSTRIA DE GÁS NATURAL. 2 de agosto a 4 de outubro

REGULAÇÃO ECONÔMICA E DEFESA DA CONCORRÊNCIA: TEORIA E APLICAÇÕES PARA O CASO BRASILEIRO. 5 de agosto a 7 de outubro

ESTATÍSTICA. 20 de agosto a 22 de outubro

MATEMÁTICA FINANCEIRA: APLICAÇÕES. 26 de agosto a 28 de outubro

LÍNGUA PORTUGUESA PARA CONCURSOS. 27 de agosto a 15 de outubro

Setembro

HISTÓRIA DA ANÁLISE MACROECONÔMICA. 22 de setembro a 10 de novembro

Outubro

MATEMÁTICA FINANCEIRA: APLICAÇÕES. 3 de outubro a 1º de novembro

TEORIA DOS JOGOS. 6 de outubro a 8 de dezembro

ECONOMIA DA ENERGIA. 11 de outubro a 13 de dezembro